

As Novas Diretrizes Curriculares e o Impacto no Exame de Ordem

03 de setembro de 2019

Marisvaldo Cortez Amado

O PAPEL DO EXAME DE ORDEM NO ENSINO JURÍDICO

- Estabelece o conhecimento mínimo necessário para que o Bacharel em Direito possa ingressar no mercado de trabalho;
- Baliza as ementas dos Cursos de Direito;
- Avalia e induz a melhoria da qualidade do Ensino Jurídico;
- Qualifica o profissional da advocacia para o exercício de sua função constitucional.

DADOS ESTATÍSTICOS

- Conforme o site do Conselho Federal da OAB, são **1.156.729 milhão de advogados** exercendo a profissão no Brasil atualmente.
- Segundo dados do Ministério da Educação, existem atualmente **1.692 cursos de Direito** autorizados no Brasil.
- De acordo com o Censo da Educação Superior, **o curso de Direito está entre os mais procurados no país**, juntamente com pedagogia e administração.

EXAME DE ORDEM

OS CONTEÚDOS DA PROVA DO EXAME DE ORDEM SÃO OS MESMOS PREVISTOS NA RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 9 DE 2004, ESPECIFICAMENTE AOS EIXOS DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL, PROFISSIONAL E PRÁTICO:

I - EIXO DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.

II - EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual;

III - EIXO DE FORMAÇÃO PRÁTICA: Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Curso e Atividades Complementares

CONTEÚDOS JÁ COBRADOS PELA OAB

(P₁) PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

Área de conhecimento	Disciplinas profissionalizantes obrigatórias e integrantes do currículo mínimo do curso de Direito, fixadas pela Resolução n. 9, de 29 de setembro de 2004, da CES/CNE, Direitos Humanos, Código do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, Direito Ambiental, Direito Internacional, Filosofia do Direito, bem como Estatuto da Advocacia e da OAB, seu Regulamento Geral e Código de Ética e Disciplina da OAB.
Número de questões	80 (oitenta)
Caráter	Eliminatório

(P₂) PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Área de conhecimento	Redação de peça profissional e aplicação de quatro questões, sob a forma de situações-problema, compreendendo as seguintes áreas de opção do examinando, quando da sua inscrição: Direito Administrativo, Direito Civil, Direito Constitucional, Direito Empresarial, Direito Penal, Direito do Trabalho ou Direito Tributário e do seu correspondente direito processual. Conforme Anexo II.
Número de questões	Uma Peça Profissional e quatro questões escritas discursivas
Caráter	Eliminatório

NOVOS CONTEÚDOS

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 5 DE 2018, INSTITUI DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO:

I - FORMAÇÃO GERAL: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia; **(SEM ALTERAÇÕES)**

II - FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICO: Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; **Direito Previdenciário, Formas Consensuais de Solução de Conflitos; (NOVOS CONTEÚDOS INSERIDOS, QUE AINDA NÃO SÃO ABORDADOS NA PROVA DO EXAME DE ORDEM)**

III - EIXO DE FORMAÇÃO PRÁTICA: Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Curso e Atividades Complementares; **(SEM ALTERAÇÕES)**

NOVOS CONTEÚDOS

ALÉM DOS CONTEÚDOS OBRIGATÓRIOS DO EIXO DE FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL, AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PODERÃO INCLUIR NA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO OUTROS CONTEÚDOS, CONFORME ART. 5º, III, § 3º:

§ 3º Tendo em vista a diversificação curricular, as IES poderão introduzir no PPC conteúdos e componentes curriculares visando desenvolver conhecimentos de importância regional, nacional e internacional, bem como definir ênfases em determinado(s) campo(s) do Direito e articular novas competências e saberes necessários aos novos desafios que se apresentem ao mundo do **Direito, tais como: Direito Ambiental, Direito Eleitoral, Direito Esportivo, Direitos Humanos, Direito do Consumidor, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Agrário, Direito Cibernético e Direito Portuário.**

CONQUISTAS DA NA NOVA RESOLUÇÃO

- Permanência da integralização mínima do curso de direito para 5 anos e 3.700 horas;
- Contrariedade ao uso elevado de carga horária destinada para a educação a distância;
- Permanência do trabalho de curso;
- Inclusão dos conteúdos: direito previdenciário, formas consensuais de solução de conflitos.

PROVÁVEIS MUDANÇAS NA PROVA

- Inclusão de novos conteúdos;
- Reorganização do número de questões por área de conhecimento.